

OBSERVATÓRIO CONTRA A FRAUDE**O milagre da divisão dos sacrifícios**

Os nossos líderes conhecem a realidade, mas vivem outra identidade (...) Vai chegar o dia em que os contribuintes escravos vão morrer por excesso de tortura



João Pedro Martins

Portugal e a Grécia insistem na prescrição de mais impostos para curar uma economia doente. Na prática, os países periféricos da Europa foram transformados em cobaias para experiências económicas proibidas nos países ricos.

Não é possível recuperar um país mergulhado na recessão com sucessivas políticas de austeridade. Os nossos líderes conhecem a realidade, mas vivem outra identidade. Eles sabem que há um limite acima do qual não se pode aumentar os impostos porque diminui a receita e aumenta a fraude e a evasão fiscal.

Nenhum governo com sanidade mental pode desinvestir na educação quando as escolas públicas estão cheias de crianças que passam fome em casa.

Nenhum ministro com vocação de estadista pode exigir serviços públicos de qualidade quando massacra os funcionários do Estado e da administração local com repetidos cortes salariais.

Nenhum primeiro-ministro lúcido pode reduzir as pensões dos idosos que mal têm dinheiro para comprar medicamentos.

Nenhum Presidente da República interessado em resolver os problemas dos seus concidadãos pode trocar o salário do cargo para o qual foi eleito pelo valor de duas pensões, apenas porque legalmente lhe dá mais jeito, quando moralmente só as deveria receber depois de deixar Belém e calçar as pantufas da reforma.

Um velho provérbio bíblico diz que “o rico domina os pobres e o devedor é escravo do credor”. As imposições da

troika transformaram-se num novo modelo de escravatura que todos os dias nos faz sentir a dor e a marca do chicote. Vivemos agrilhoados por um regime de tirania económica que nos explora a carteira e enterra o futuro dos nossos filhos.

Basta de discursos carregados de hipocrisia. Podemos até ser escravos do capitalismo neoliberal, mas não somos estúpidos. Já todos percebemos que Portugal não passa de um franchising de Bruxelas dirigido por funcionários do FMI. Deixámos de ter identidade nacional. Somos apenas números perdidos no meio das estatísticas. As pessoas deixaram de contar ou contam apenas para pagar impostos solidários por aqueles que fogem impunemente às suas responsabilidades fiscais.

Num país onde o governo despeja dinheiro nos bolsos de privados para salvar bancos mal geridos e mantém a heresia fiscal da zona franca da Madeira, ao mesmo tempo que oferece às famílias a guilhotina do desemprego e a força dos impostos, será que alguém ainda acredita no milagre da divisão dos sacrifícios?

Afinal, quanto vale um português? Meia tonelada de austeridade? Um centimo de ética política? Uma grama de justiça?

O povo é o tesouro da nação. Um governo que não percebe a mais valia daqueles que vivem na sua terra, nunca vai conseguir transformar a miséria em desenvolvimento.

Vai chegar o dia em que os contribuintes escravos vão morrer por excesso de tortura. Mas antes desse dia fatídico ainda pode brilhar o sol da revolta. Pode até acontecer que apareça alguém rico, mais rico do que a troika, para pagar a nossa dívida e restituir-nos a liberdade.

O governo até pode cuspir na cara dos eleitores, mas há uma verdade que tem de ser reconhecida – pela primeira vez na história da democracia portuguesa, existe unidade e unanimidade nacional. Não há um único português que queira esta gente a governar-nos.

Escreve à sexta-feira



Nenhum primeiro-ministro lúcido pode reduzir as pensões dos idosos

António Pedro Santos

VALORES

LUÍS GONÇALVES DA SILVA

Democracia

No recente episódio ocorrido no ISCTE não está em causa saber o que cada um de nós pensa do governo ou como aprecia de modo individual cada um dos seus membros. A questão é em minha opinião outra: os limites dos direitos de cada um.

Numa sociedade democrática não se pode tolerar que um grupo descontente, independentemente dos seus fundamentos, silencie e coloque em causa a integridade física de alguém por um simples motivo: discordar das suas posições.

Nesta matéria não há lugar para dúvidas: quem age do modo que o país viu, num espaço académico que é por natureza de liberdade, o que inclui, obviamente, a liberdade dos outros, deve ser socialmente censurado.

Não o fazer é trocar princípios por oportunismo, valores por demagogia e popularidade por populismo.

Em democracia esta confusão pode trazer alguns votos num primeiro momento, mas acaba sempre por ter custos políticos que surgirão com pesados juros.

É, por isso, que considero que os actos que entraram abruptamente pela nossa casa no denominado episódio do ISCTE nos devem fazer reflectir sobre a sociedade que estamos a produzir, em especial pela normalização de condutas que afectam indelevelmente a democracia.

E isso não pode ser silenciado, repito, independentemente do julgamento que cada um de nós faz sobre o governo. A democracia tem lugar para todos.

Consultor de comunicação

Escreve à sexta-feira

Não é possível recuperar um país mergulhado na recessão com sucessivas políticas de austeridade